



Simulado Especial

MP SP

Cargo: Analista Jurídico
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial MP-SP (Analista Jurídico do Ministério Público)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **MP-SP**, cargo de **Analista Jurídico do Ministério Público**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/b5yiDw5qccHLMMAH7>

- | | | | | |
|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| 01 - (A B C D E) | 21 - (A B C D E) | 41 - (A B C D E) | 61 - (A B C D E) | 81 - (A B C D E) |
| 02 - (A B C D E) | 22 - (A B C D E) | 42 - (A B C D E) | 62 - (A B C D E) | 82 - (A B C D E) |
| 03 - (A B C D E) | 23 - (A B C D E) | 43 - (A B C D E) | 63 - (A B C D E) | 83 - (A B C D E) |
| 04 - (A B C D E) | 24 - (A B C D E) | 44 - (A B C D E) | 64 - (A B C D E) | 84 - (A B C D E) |
| 05 - (A B C D E) | 25 - (A B C D E) | 45 - (A B C D E) | 65 - (A B C D E) | 85 - (A B C D E) |
| 06 - (A B C D E) | 26 - (A B C D E) | 46 - (A B C D E) | 66 - (A B C D E) | 86 - (A B C D E) |
| 07 - (A B C D E) | 27 - (A B C D E) | 47 - (A B C D E) | 67 - (A B C D E) | 87 - (A B C D E) |
| 08 - (A B C D E) | 28 - (A B C D E) | 48 - (A B C D E) | 68 - (A B C D E) | 88 - (A B C D E) |
| 09 - (A B C D E) | 29 - (A B C D E) | 49 - (A B C D E) | 69 - (A B C D E) | 89 - (A B C D E) |
| 10 - (A B C D E) | 30 - (A B C D E) | 50 - (A B C D E) | 70 - (A B C D E) | 90 - (A B C D E) |
| 11 - (A B C D E) | 31 - (A B C D E) | 51 - (A B C D E) | 71 - (A B C D E) | 91 - (A B C D E) |
| 12 - (A B C D E) | 32 - (A B C D E) | 52 - (A B C D E) | 72 - (A B C D E) | 92 - (A B C D E) |
| 13 - (A B C D E) | 33 - (A B C D E) | 53 - (A B C D E) | 73 - (A B C D E) | 93 - (A B C D E) |
| 14 - (A B C D E) | 34 - (A B C D E) | 54 - (A B C D E) | 74 - (A B C D E) | 94 - (A B C D E) |
| 15 - (A B C D E) | 35 - (A B C D E) | 55 - (A B C D E) | 75 - (A B C D E) | 95 - (A B C D E) |
| 16 - (A B C D E) | 36 - (A B C D E) | 56 - (A B C D E) | 76 - (A B C D E) | 96 - (A B C D E) |
| 17 - (A B C D E) | 37 - (A B C D E) | 57 - (A B C D E) | 77 - (A B C D E) | 97 - (A B C D E) |
| 18 - (A B C D E) | 38 - (A B C D E) | 58 - (A B C D E) | 78 - (A B C D E) | 98 - (A B C D E) |
| 19 - (A B C D E) | 39 - (A B C D E) | 59 - (A B C D E) | 79 - (A B C D E) | 99 - (A B C D E) |
| 20 - (A B C D E) | 40 - (A B C D E) | 60 - (A B C D E) | 80 - (A B C D E) | 100 - (A B C D E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/EsZH>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***[O motor da preguiça]**

Acho que a verdadeira força motriz do desenvolvimento humano, a razão da superioridade e do sucesso do Homem, foi a preguiça. A técnica é fruto da preguiça. O que são o estilingue, a flecha e a lança senão maneiras de não precisar ir lá e esgoelar a caça ou um semelhante com as mãos, arriscando-se a levar a pior e perder a viagem? O que estaria pensando o inventor da roda senão no eventual desenvolvimento da charrete, que, atrelada a um animal menos preguiçoso do que ele, o levaria a toda parte sem que ele precisasse correr ou caminhar?

Toda a história das telecomunicações, desde os tambores tribais e seus códigos primitivos até os sinais da TV e a internet, se deve ao desejo humano de enviar a mensagem em vez de ir entregá-la pessoalmente. A fome de riqueza e poder do Homem não passa da vontade de poder mandar os outros fazerem o que ele tem preguiça de fazer, seja de trazer os seus chinelos ou construir suas pirâmides.

A química moderna é filha da alquimia, que era a tentativa de ter o ouro sem ter que procurá-lo, ou trabalhar para merecê-lo. A física e a filosofia são produtos da contemplação, que é um subproduto da indolência e uma alternativa para a sesta. A grande arte também se deve à preguiça. Não por acaso, o que é considerada a maior realização da melhor época da arte ocidental, o teto da Capela Sistina, foi feita pelo Michelangelo deitado. Marcel Proust escreveu “Em busca do tempo perdido” deitado. Vá lá, recostado. As duas maiores invenções contemporâneas, depois do antibiótico e do microchip, que são a escada rolante e o manobrista, devem sua existência à preguiça. E nem vamos falar no controle remoto.

(Adaptado de: VERÍSSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 54-55.)

1. A partir da leitura do texto, é correto afirmar que seu autor considera que

- a) a superioridade do ser humano está na sua capacidade de dominar os outros pelo trabalho árduo.
- b) as invenções tecnológicas surgiram unicamente da necessidade de comunicação rápida e eficiente.
- c) a arte e a ciência nasceram do esforço contínuo e da negação do ócio intelectual.
- d) a preguiça é uma força criativa que impulsiona a inovação e os avanços da humanidade.
- e) o desenvolvimento humano é fruto da coragem e da persistência diante das dificuldades da vida.

2. Segundo o texto, é correto afirmar que a relação entre preguiça e progresso humano é apresentada de forma:

- a) objetiva e crítica, com o intuito de denunciar a passividade do ser humano diante das exigências do trabalho.
- b) paradoxal e provocativa, apoiando-se em exemplos e ironia para subverter a ideia convencional de que a preguiça é um defeito.
- c) literal e descritiva, ressaltando como a inatividade humana levou diretamente às maiores invenções da história.
- d) nostálgica e idealizada, com uma visão romântica da preguiça como fonte de contemplação filosófica e artística.
- e) satírica e condenatória, sugerindo que o progresso humano ocorreu apesar da preguiça, e não por causa dela.

3. Quanto à tipologia textual, é correto afirmar que se trata de um texto

- a) descritivo, pois o autor apresenta detalhadamente as invenções humanas e seus mecanismos de funcionamento.
- b) narrativo, pois há presença de personagens históricos envolvidos nas ações narradas.
- c) expositivo, pois há predominância da apresentação de temas abordados pelo autor.
- d) injuntivo, pois o texto orienta o leitor a adotar um comportamento específico por meio de instruções diretas e verbos no imperativo.
- e) dissertativo-argumentativo, pois o autor defende uma tese inusitada e a sustenta com exemplos e raciocínios.

4. Na passagem do 2º parágrafo – seja de trazer os **seus** chinelos ou construir **suas** pirâmides. –, os termos destacados mantêm relação coesiva com a expressão

- a) “a história”
- b) “códigos primitivos”
- c) “desejo humano”
- d) “ele”
- e) “os outros”

5. Assinale a alternativa em que a reescrita do texto está em conformidade com a norma-padrão de concordância.

- a) A contemplação e a indolência sempre foram, para diversos pensadores, formas de se refugiar do excesso de atividades.
- b) É consequência do desejo de evitar o esforço físico as invenções tecnológicas, como o controle remoto e a escada rolante.
- c) Boa parte da produção filosófica defendem que a preguiça contribuiu para o progresso das artes e das ciências.
- d) As ideias do autor sobre a preguiça, ainda que inusitada, revela um ponto de vista provocador sobre a história humana.
- e) É a preguiça, e não o desejo de poder, que motivam as grandes descobertas da humanidade.

6. Considere as passagens:

- ... a razão da superioridade e do sucesso **do** Homem. (1º parágrafo)
- ... o inventor da roda **senão** no eventual desenvolvimento... (1º parágrafo)
- ... seus códigos primitivos **até** os sinais da TV e a internet... (2º parágrafo)
- ... a tentativa de ter o ouro **sem** ter que procurá-lo ... (3º parágrafo)

Conforme seus empregos no texto, os termos destacados veiculam, correta e respectivamente, sentidos de:

- a) causa, oposição, inclusão e ausência de necessidade.
- b) causa, exceção, limite e modo.
- c) matéria, oposição, inclusão e ausência de necessidade.
- d) posse, oposição, inclusão e modo.
- e) posse, exceção, limite, e ausência de necessidade.

7. No trecho "... do microchip, que são a escada rolante e o manobrista, devem sua existência..." (4º parágrafo), o emprego de vírgula é justificado pelo mesmo motivo que no trecho:

- a) Acho que a verdadeira força motriz do desenvolvimento humano, a razão da superioridade e do sucesso do Homem, foi a preguiça (1º parágrafo)
- b) O que são o estilingue, a flecha e a lança senão maneiras de não precisar ir lá e esgoelar a caça... (1º parágrafo)
- c) Toda a história das telecomunicações, desde os tambores tribais e seus códigos primitivos até os sinais da TV e a internet, se deve ao desejo humano... (2º parágrafo)
- d) A física e a filosofia são produtos da contemplação, que é um subproduto da indolência e uma alternativa para a sesta. (3º parágrafo)
- e) ... a maior realização da melhor época da arte ocidental, o teto da Capela Sistina, foi feita pelo Michelangelo deitado. (3º parágrafo)

8. Considere as frases redigidas com base nas ideias do texto.

- O autor atribui ____ preguiça um papel fundamental no progresso humano.
- As invenções modernas, segundo ele, devem sua existência ____ recusa de realizar esforço físico.
- Até ____ pintura, especialmente a grande arte como a do teto da Capela Sistina, está relacionada ao desejo de evitar esforço.

De acordo com a norma-padrão de emprego do acento indicativo de crase, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- a) à – à – à
- b) à – à – a
- c) a – à – à
- d) à – a – à
- e) a – à – a

ATUALIDADES

Leandro Signori

09. A breve guerra entre Israel e Irã, ocorrida em junho de 2025, representou a mais grave escalada militar direta entre os dois países em décadas. O conflito foi desencadeado por uma ofensiva aérea israelense, que visou instalações nucleares e militares iranianas, incluindo os complexos de Natanz e Isfahan.

Em retaliação, o Irã disparou centenas de mísseis e drones contra alvos militares e civis em Israel, incluindo Tel Aviv e Haifa. O conflito resultou em mais de 600 mortos, sendo a maioria no Irã, e milhares de feridos.

A escalada levou os Estados Unidos a intervirem diretamente, bombardeando três instalações nucleares iranianas em 21 de junho. O cessar-fogo foi anunciado pelo presidente Donald Trump em 23 de junho e entrou em vigor no dia seguinte. Ambos os países declararam vitória: Israel por ter enfraquecido o programa nuclear iraniano e o Irã por ter resistido e imposto custos significativos ao adversário.

Apesar da trégua, a estabilidade regional permanece frágil, com tensões persistentes e incertezas sobre o futuro das negociações nucleares e das relações diplomáticas no Oriente Médio.

O termo cunhado pelo presidente norte-americano Donald Trump para essa guerra foi:

- a) Guerra de 12 Dias.
- b) Guerra do Golfo Pérsico.
- c) Guerra do Martelo da Meia-Noite.
- d) Guerra da Anunciação da Vitória.
- e) Guerra do Leão Ascendente.

10. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os venezuelanos tornaram-se a maior comunidade estrangeira residente no Brasil. Esse crescimento é atribuído à crise humanitária na Venezuela, que levou milhares de cidadãos a buscar refúgio no Brasil nos últimos anos. A Operação Acolhida, iniciativa do governo brasileiro, facilitou a entrada e a interiorização desses imigrantes, especialmente através do estado de Roraima.

Assinale a alternativa que indica qual era, até então, a maior comunidade estrangeira residente no Brasil, os quais os venezuelanos acabaram de superar:

- a) portugueses.
- b) haitianos.
- c) argentinos.
- d) paraguaios.
- e) japoneses.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

11. O OneDrive é um programa de armazenamento de arquivos na nuvem. Das letras abaixo é correto afirmar que:

- a) os arquivos armazenados podem ser compartilhados com outros usuários mediante a informação do email.
- b) os arquivos armazenados só podem ser acessados exclusivamente pelo seu autor.
- c) o limite de armazenamento é infinito.
- d) arquivos armazenados não podem ser removidos.
- e) quando os arquivos são enviados para o driver, são apagados na máquina original.

12. No Excel a opção “Mesclar e centralizar” se encontra em que menu:

- a) Gráficos.
- b) Inserir.
- c) Exibir.
- d) Página Inicial.
- e) Correspondência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

13. Sobre a intervenção estadual nos municípios e os princípios constitucionais sensíveis, com base no entendimento do STF, julgue os itens.

- I. O rol de princípios constitucionais sensíveis previstos no art. 34, VII, da CF/1988 é de observância obrigatória pelos Estados, sendo desnecessária sua reprodução literal nas Constituições estaduais.
- II. A Constituição estadual pode ampliar ou restringir, por iniciativa própria, as hipóteses de intervenção estadual nos municípios, desde que respeite os princípios constitucionais gerais.
- III. A autonomia municipal, prevista no art. 18 da CF/1988, é limitada pela possibilidade de intervenção do Estado nos municípios em casos excepcionais previstos na própria Constituição Federal.
- IV. Para que o Estado possa intervir em seus municípios, é imprescindível que a Constituição estadual contenha uma lista específica de princípios sensíveis cuja violação autorize a intervenção.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

14. Com base na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7571, que analisou a constitucionalidade da Lei Complementar n. 55/1994 do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa correta:

- a) A competência para legislar sobre o porte de armas de fogo é concorrente entre a União e os Estados, permitindo que os entes estaduais possam autorizar o porte de armas para categorias específicas de servidores públicos.
- b) A legislação estadual que concede o direito ao porte de arma de fogo a membros da Defensoria Pública é constitucional, desde que haja autorização expressa da respectiva Assembleia Legislativa.
- c) É inconstitucional norma estadual que autoriza o porte de arma de fogo a membros da Defensoria Pública, pois a competência para legislar sobre material bélico e segurança nacional é privativa da União.
- d) Os Estados podem legislar sobre o porte de armas de fogo para categorias específicas de servidores estaduais, desde que respeitem as diretrizes gerais do Estatuto do Desarmamento.
- e) O porte de arma de fogo constitui matéria de interesse regional, sendo possível sua regulação pelos Estados em casos excepcionais, como a proteção de membros da Defensoria Pública.

15. Tendo como base a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise os itens abaixo:

- I- A prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, uma vez que compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- II- É inconstitucional, em decorrência da usurpação da iniciativa exclusiva do Poder Executivo, lei de iniciativa parlamentar que institui regra de reserva

de vagas de estacionamento aos órgãos públicos estaduais.

- III- É inconstitucional preceito de lei estadual que institui contribuição compulsória de bombeiros e policiais militares estaduais para compor fundo de assistência, com o objetivo de custear serviços de saúde a eles prestados.

Assinale a alternativa que apresenta os itens CORRETOS:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Todos estão corretos.
- e) Todos estão incorretos.

16. Acerca da disciplina constitucional das medidas provisórias, assinale a alternativa correta.

- a) Medidas provisórias não podem ser reeditadas na mesma sessão legislativa, ainda que tenham perdido sua eficácia por decurso de prazo sem apreciação pelo Congresso Nacional.
- b) É constitucional a edição de medida provisória que trate de matéria penal, desde que não aumente pena e seja favorável ao réu.
- c) A medida provisória produz efeitos apenas após sua conversão em lei pelo Congresso Nacional.
- d) Matérias relativas a orçamento anual, crédito adicional e organização do Ministério Público podem ser objeto de medida provisória, desde que haja urgência e relevância.
- e) O prazo de vigência das medidas provisórias é de sessenta dias, prorrogável por igual período uma única vez, salvo se rejeitadas expressamente antes disso.

17. A respeito das espécies e características do poder constituinte no sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O poder constituinte derivado decorrente confere autonomia plena aos estados, inclusive para adotarem forma de governo diversa da prevista na Constituição da República.
- b) O poder constituinte originário é caracterizado por sua natureza inicial, autônoma, incondicionada e ilimitada em relação à ordem jurídica anterior, sendo responsável pela criação de uma nova Constituição e pela ruptura com a ordem constitucional precedente.
- c) O poder constituinte derivado reformador é exercido por meio de emendas constitucionais e pode ser utilizado para modificar qualquer cláusula da Constituição, inclusive as cláusulas pétreas, desde que aprovado por três quintos dos membros do Congresso Nacional.
- d) O poder constituinte difuso manifesta-se na atuação dos tribunais superiores quando interpretam dispositivos constitucionais à luz das transformações sociais, atribuindo-lhes novo sentido com efeitos exclusivamente vinculantes ao caso concreto.
- e) O poder constituinte originário é exercido exclusivamente por assembleia nacional constituinte eleita, sendo vedada sua manifestação por ruptura institucional ou revolução.

18. O Conselho Estadual de Meio Ambiente de um determinado Estado da Federação aprovou resolução proibindo a comercialização de produtos de origem animal que utilizassem determinado insumo químico comum na indústria alimentícia. Entidades nacionais do setor industrial alegaram que a medida violava os princípios constitucionais da legalidade, da livre iniciativa e do livre exercício da atividade econômica.

Diante disso, uma federação industrial com base em quatorze Estados da Federação ajuizou, diretamente no Supremo Tribunal Federal, medida do controle abstrato de constitucionalidade, pleiteando a declaração de invalidade da norma administrativa por afronta a preceitos fundamentais da Constituição Federal.

Nessa situação, é correto afirmar que

- a) A medida é incabível, pois resoluções de conselhos estaduais não podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade no STF.
- b) A federação industrial só teria legitimidade para propor a ação se representasse entidades filiadas em todos os Estados da Federação.
- c) A medida é cabível, desde que inexistia outro meio eficaz para sanar a lesão ao preceito fundamental invocado.
- d) A ação somente poderia ser proposta se a resolução já tivesse sido declarada inconstitucional em controle difuso.
- e) O cabimento da medida depende da demonstração de que o ato impugnado produz efeitos uniformes em todo o território nacional.

19. Durante debate público, foi afirmado que os princípios fundamentais da Constituição de 1988 consistem em diretrizes meramente políticas, sem aplicabilidade jurídica concreta, e que não produzem efeitos diretos sobre a atuação dos poderes públicos. Um grupo de constitucionalistas contestou a afirmação, destacando o papel estruturante desses princípios no ordenamento jurídico.

Com base nos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta

- a) Os princípios fundamentais possuem natureza programática, sem eficácia plena ou aplicação direta e imediata.
- b) A dignidade da pessoa humana, como fundamento da República, é um valor exclusivamente moral, sem função jurídica própria.
- c) Os princípios fundamentais orientam a atuação dos Poderes da República, mas não vinculam os atos administrativos nem a interpretação judicial.
- d) Os princípios fundamentais constituem normas constitucionais de eficácia plena, com força obrigatória e aplicabilidade imediata.
- e) Os fundamentos do Estado, por não constarem no rol de cláusulas pétreas, podem ser modificados por emenda constitucional sem qualquer limitação.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Tiago Zanolla

20. Durante atuação no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, o Promotor de Justiça Leonardo ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra determinado prefeito municipal. Dias depois, foi promovido a nova comarca, sendo substituído pelo Promotor Gustavo, que, ao reavaliar o caso, concluiu pela ausência de interesse público na continuidade da demanda e requereu seu arquivamento.

O ato de Gustavo causou desconforto junto ao Prefeito, que apresentou representação à Corregedoria, alegando que o novo Promotor estaria desautorizando a atuação anterior de Leonardo, em violação à hierarquia interna e ao dever de coerência institucional.

Considerando os princípios institucionais do Ministério Público, assinale a afirmativa correta:

- a) Gustavo não poderia requerer o arquivamento, pois as ações iniciadas por um membro do MP são vinculantes para os seus sucessores.
- b) A atuação de Gustavo afronta o princípio da unidade, que impõe a atuação uniforme e vinculativa de seus membros.
- c) O princípio da indivisibilidade assegura que Gustavo possa atuar livremente no feito, inclusive modificando os atos de seu antecessor, se fundamentado.
- d) A independência funcional não se aplica ao caso, pois a atuação do MP em juízo é regida pelo princípio da colegialidade.
- e) Gustavo deveria submeter previamente sua decisão ao Procurador-Geral de Justiça, por se tratar de revisão de ato já formalizado.

21. Durante a tramitação da proposta orçamentária do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), o Governador encaminhou ao Poder Legislativo proposta que reduzia unilateralmente os valores originalmente previstos pela instituição, justificando cenário de crise fiscal. Ao tomar ciência, o Procurador-Geral de Justiça sustentou que a proposta do MP havia sido elaborada de acordo com os limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e exigiu que os valores fossem restabelecidos. O Presidente da Assembleia Legislativa, por sua vez, afirmou que a Casa teria liberdade para decidir a respeito das alterações propostas.

Diante da situação descrita, e conforme o entendimento consolidado pelo STF e a doutrina aplicável, é correto afirmar que:

- a) A proposta orçamentária do MP-SP pode ser alterada pelo Poder Legislativo, no exercício de sua competência constitucional durante a apreciação da LOA.
- b) O Governador pode reduzir unilateralmente os valores da proposta orçamentária do MP-SP antes de seu envio ao Legislativo, desde que por justificativa de conveniência.
- c) A proposta orçamentária do MP-SP deve ser obrigatoriamente aprovada sem alterações pelo Poder Legislativo, salvo vício formal.
- d) A proposta elaborada pelo MP-SP deve ser encaminhada ao Executivo, que a submeterá ao Legislativo sem cortes unilaterais, sem qualquer possibilidade de ajuste por este.
- e) O MP-SP possui autonomia apenas funcional e administrativa, de modo que sua proposta orçamentária deve se adequar à previsão geral do orçamento do Executivo, inclusive com cortes prévios.

22. Durante inspeção promovida pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, foram identificadas diferentes práticas administrativas entre uma Procuradoria de Justiça Cível e uma Promotoria de Justiça Regional Especializada. Enquanto a primeira não realizava reuniões mensais e mantinha estagiários sem designação formal, a segunda organizava as férias de seus membros sem comunicação ao Procurador-Geral de Justiça. Diante da apuração, algumas manifestações foram feitas por membros das unidades, justificando suas condutas. Considerando a legislação institucional do MP-SP, assinale a afirmativa correta:

- a) Ambas as unidades possuem autonomia plena para fixar a escala de férias de seus membros, desde que aprovada internamente por maioria absoluta.
- b) A ausência de reuniões mensais na Procuradoria de Justiça viola norma expressa, que impõe sua obrigatoriedade e exige lavratura de ata.
- c) A Promotoria de Justiça não precisa comunicar suas decisões administrativas à Procuradoria-Geral, por se tratar de unidade regional.
- d) A designação de estagiários nas unidades do MP-SP pode ser feita diretamente por seus Secretários Executivos.
- e) As Procuradorias de Justiça não estão obrigadas a manter critérios formais de divisão de serviços processuais, bastando deliberação oral entre os integrantes.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

23. No tocante aos entendimentos normativos e doutrinários sobre o controle da atuação administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) O controle judicial possui caráter corretivo, em regra, embora existam situações em que é cabível o prévio controle judicial.
- b) A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública estadual integra o controle externo exercido pelo Ministério Público Estadual com o auxílio das contadorias do Tribunal de Justiça.
- c) O controle judiciário deriva do poder-dever de autotutela que se exerce sobre a atuação administrativa.
- d) O controle administrativo ocorre sobre os aspectos de legalidade e mérito, podendo ser exercido unicamente pelo Poder Executivo sobre suas próprias ações.
- e) O poder de fiscalização que um órgão da administração centralizada exerce sobre autarquia a ele vinculada caracteriza controle administrativo por subordinação.

24. As avenidas de São Paulo/SP e demais municípios paulistas são exemplos de bens:

- a) públicos de uso comum do povo.
- b) públicos dominicais.
- c) públicos de uso especial.
- d) privados.
- e) públicos estaduais.

25. Em relação às normas legais atinentes à prestação de serviços públicos transferidos à iniciativa privada, assinale a alternativa correta:

- a) A regularidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.
- b) As concessionárias de serviços são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de quatro datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
- c) A concessão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, precário e revogável unilateralmente.
- d) A autorização de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que deve observar os termos da Lei 8.987/1995, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do respectivo contrato pelo poder concedente.
- e) Não se caracteriza descontinuidade do serviço a sua interrupção, após prévio aviso, em virtude de inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade, a qual não poderá iniciar-se na sexta-feira, entre outras datas.

26. Caso um agente estatal cause danos a particular, surge para o Estado o dever de indenizá-lo. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
- b) Em regra, a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica a atos jurisdicionais causadores de danos a terceiros, a não ser nos casos expressamente declarados em lei.
- c) O Estado responde civilmente por danos decorrentes de omissão do dever de fiscalizar comércio de fogos de artifício, mesmo se não houver violado o dever de agir na concessão da licença ou tenha empreendido fiscalização com as devidas as cautelas legais.
- d) Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção, o Estado responderá pela morte do detento nos termos considerados na teoria da culpa administrativa.
- e) A regra geral estabelecida na Constituição Federal é a teoria da responsabilidade objetiva do Estado na modalidade risco integral.

27. Colombo, aluno de determinada escola pública da rede estadual de São Paulo, praticou condutas graves que violaram o regimento interno da instituição de ensino. Após regular procedimento, em que foram assegurados o contraditório e a ampla defesa, o aluno foi punido com a pena de suspensão. Nesse caso, a pena aplicada a Colombo decorre do poder:

- a) hierárquico, uma vez que Colombo deve respeitar a hierarquia da escola.
- b) regulamentar, uma vez que Colombo deve respeitar os regulamentos da escola.
- c) de polícia, uma vez que o(a) diretor(a) pode restringir os direitos individuais de Colombo em

benefício de toda a coletividade de alunos da escola.

- d) disciplinar, ao qual Colombo está sujeito, visto que cabe à Administração Pública apurar infrações e aplicar penalidades às pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- e) hierárquico, devendo a pena ser aplicada pelo(a) professor(a), cabendo eventual recurso ao vice-diretor(a) e em última instância ao diretor(a).

28. No âmbito de uma ação de improbidade administrativa por ato que causou prejuízo ao erário, o réu, um Secretário Municipal, propõe ao Ministério Público a celebração de Acordo de Não Persecução Cível (ANPC). Sobre a viabilidade e os requisitos desse acordo, nos termos da Lei 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) O acordo é inviável, pois a lei veda expressamente a celebração de ANPC em atos de improbidade que resultem em prejuízo ao erário, mesmo que integralmente ressarcido.
- b) A celebração do acordo depende da aprovação, no prazo de até 90 dias, pelo órgão competente para a apreciação das contas do agente público envolvido, como condição de eficácia.
- c) O acordo poderá ser celebrado mesmo que não haja o integral ressarcimento do dano, desde que o agente público renuncie a 90% de seus proventos de aposentadoria futuros como forma de garantia.
- d) Para sua validade, o acordo deve prever o integral ressarcimento do dano e a reversão, à pessoa jurídica lesada, da vantagem indevida obtida, se houver, ainda que oriunda de agentes privados sem vínculo com a Administração Pública.
- e) O Ministério Público, uma vez preenchidos os requisitos objetivos e subjetivos, é obrigado a oferecer a proposta de acordo, tratando-se de um direito subjetivo do réu, sob pena de nulidade do processo.

29. Determinada empresa privada celebrou contrato com um Município paulista mediante fraude à licitação praticada com dolo específico por seu administrador e pelo Secretário de Obras municipal. A fraude gerou um enriquecimento ilícito para o Secretário no valor de R\$ 300.000,00 e um prejuízo ao erário de R\$ 1.000.000,00. O Secretário faleceu no curso da ação de improbidade, deixando um patrimônio total de R\$ 2.000.000,00, do qual R\$ 1.200.000,00 foi transferido aos seus herdeiros. Sobre a responsabilidade sancionatória no caso, assinale a alternativa correta.

- a) A obrigação de ressarcir o dano é solidária entre a empresa e os sucessores do agente falecido, podendo o Município cobrar a integralidade do prejuízo de R\$ 1.000.000,00 dos herdeiros, que respondem com seu patrimônio pessoal.
- b) A pessoa jurídica poderá ser responsabilizada com a sanção de proibição de contratar com o poder público, mas a multa civil a ser aplicada ficará limitada ao valor da vantagem patrimonial que a empresa efetivamente auferiu com a fraude.
- c) Os sucessores do agente falecido respondem pelo ressarcimento integral do dano de R\$ 1.000.000,00 e pela devolução do enriquecimento ilícito de R\$ 300.000,00, limitando-se a responsabilidade total ao valor da herança transferida (R\$ 1.200.000,00).
- d) A responsabilidade da pessoa jurídica depende da demonstração de que ela agiu com dolo específico, não bastando a comprovação de que se beneficiou do ato ou de que seu administrador agiu com dolo.
- e) Com a morte do agente, extingue-se a punibilidade quanto à sanção de multa civil, mas a obrigação de ressarcir o dano e devolver o enriquecimento ilícito se transmite aos herdeiros, limitando-se a responsabilidade destes ao valor do acréscimo patrimonial obtido pelo falecido com o ato ilícito (R\$ 300.000,00).

30. De acordo com a Lei 14.133/2021, a modalidade de licitação diálogo competitivo possui características singulares destinadas à contratação de objetos que envolvam inovação tecnológica ou técnica. Sobre esse procedimento, assinale a alternativa correta.

- a) A Administração Pública pode, na fase de diálogo, restringir o número de licitantes que seguirão para a fase competitiva, com base em critérios subjetivos de avaliação, como a maior experiência prévia do licitante.
- b) A análise dos critérios de julgamento para a escolha da proposta final caberá a um agente de contratação, designado entre servidores públicos efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes.
- c) Ao final da fase de diálogo, a Administração Pública deve selecionar a proposta mais vantajosa com base exclusivamente no critério de menor preço ou maior desconto entre as soluções apresentadas.
- d) O diálogo competitivo é uma modalidade restrita a objetos de natureza intelectual, não se aplicando à contratação de obras ou serviços de engenharia, ainda que de alta complexidade.
- e) encerrada a fase de diálogo, a Administração dará início à fase competitiva, momento em que os licitantes deverão apresentar suas propostas finais, sendo vedada à Administração, nesta fase, solicitar esclarecimentos ou promover ajustes nas propostas.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

31. Eduardo, cidadão brasileiro, cometeu um crime a bordo de uma aeronave de propriedade privada e de nacionalidade brasileira, que se encontrava, no momento do fato, em território estrangeiro. Considerando que o delito não foi submetido a julgamento pela justiça estrangeira, e com base nas regras do Código Penal sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que:

- a) A infração penal praticada por Eduardo não pode ser punida com base na legislação brasileira, já que não se configura hipótese de aplicação do princípio da territorialidade ou da extraterritorialidade.
- b) O crime cometido por Eduardo está sujeito à lei penal brasileira por configurar hipótese de territorialidade por extensão.
- c) A infração cometida por Eduardo pode ser processada no Brasil, por se tratar de caso de extraterritorialidade incondicionada.
- d) A lei penal brasileira poderá ser aplicada ao crime praticado por Eduardo, desde que preenchidas as exigências para a extraterritorialidade condicionada.
- e) Trata-se de hipótese de extraterritorialidade hipercondicionada, razão pela qual a responsabilização de Eduardo depende de requisitos adicionais estabelecidos em tratado internacional.

32. Durante a navegação de uma embarcação mercante de bandeira brasileira em alto-mar, Pedro Alves, cidadão brasileiro domiciliado na França, praticou uma tentativa de homicídio contra o Vice-Presidente da República do Brasil. Diante dessa situação, é correto afirmar que, em relação a Pedro Alves:

- a) Aplica-se a legislação penal brasileira, com fundamento no princípio da defesa ou proteção, configurando hipótese de extraterritorialidade incondicionada.
- b) Não incide a lei penal brasileira, pois o fato ocorreu em alto-mar, onde o país não possui jurisdição.

- c) A legislação penal brasileira não é aplicável, em razão de o agente ser residente no exterior.
- d) Aplica-se a lei penal brasileira com base na territorialidade por extensão, devido à ocorrência a bordo de embarcação nacional.
- e) A lei penal brasileira só poderá ser aplicada se o agente retornar ao território nacional, por se tratar de caso de extraterritorialidade condicionada.

33. No que se refere à culpabilidade e aos seus elementos, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, uma hipótese de exclusão da imputabilidade penal e uma hipótese de exclusão da potencial consciência da ilicitude:

- a) Embriaguez voluntária e desconhecimento da norma penal.
- b) Transtorno mental e erro de proibição.
- c) Menor de dezoito anos e coação moral irresistível.
- d) Coação moral irresistível e obediência a ordem hierárquica.
- e) Paixão e coação física irresistível.

34. Com relação ao concurso de pessoas no Direito Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A participação de menor relevância na infração penal admite o reconhecimento de uma forma atenuante da conduta do agente.
- b) Caso um dos agentes tenha desejado contribuir apenas para delito menos grave, responderá pelo delito mais grave, com redução de pena em virtude de sua intenção.
- c) O ajuste, a instigação ou o auxílio, salvo previsão legal em contrário, não serão punidos se o crime sequer for tentado.
- d) As condições e circunstâncias de ordem pessoal, de forma geral, são transferidas entre os envolvidos na prática delitiva.
- e) Aquele que de qualquer forma colabora para a prática criminosa será responsabilizado conforme sua capacidade de entendimento do ato ilícito.

35. No que diz respeito às causas que excluem a ilicitude da conduta, assinale a alternativa correta:

- a) André instalou pedaços de vidro aparentes sobre o muro de sua residência para evitar invasões. Certo dia, uma criança se feriu ao tentar pular o muro. Nesse caso, a atitude de André estaria amparada por uma excludente de ilicitude.
- b) Quando se trata de legítima defesa ou estado de necessidade em favor de outra pessoa, é obrigatória a autorização prévia dessa terceira pessoa para que a conduta seja considerada lícita.
- c) Lucas, pugilista profissional, durante uma luta oficial e respeitando as regras esportivas, desferiu um golpe que levou seu oponente a óbito. Devido à gravidade do resultado, sua conduta não estaria acobertada por nenhuma excludente, devendo responder criminalmente.
- d) Segundo a teoria finalista da ação, é possível considerar a inexigibilidade de conduta diversa como uma hipótese supralegal de exclusão da ilicitude.
- e) O ordenamento jurídico brasileiro exige, obrigatoriamente, que a vítima se afaste da agressão antes de reagir, aplicando o princípio do *commodus discessus*.

36. Quanto às causas excludentes da culpabilidade no Direito Penal, assinale a alternativa correta:

- a) O ordenamento jurídico brasileiro adota o critério exclusivamente biológico para reconhecer a inimputabilidade decorrente de transtorno mental.
- b) Pessoas com menos de 18 anos são consideradas absolutamente inimputáveis por presunção relativa de que possuem desenvolvimento psíquico incompleto.
- c) A embriaguez accidental provocada pelo uso passageiro de álcool ou substâncias semelhantes elimina a imputabilidade penal.
- d) O erro de proibição exclui a potencial consciência da ilicitude; sendo o erro escusável, afasta-se a culpabilidade, e sendo inescusável, a pena pode ser reduzida.
- e) Tanto a objeção de consciência quanto a desobediência civil estão expressamente previstas como causas legais que excluem a exigibilidade de conduta diversa.

37. De acordo com a classificação doutrinária dos crimes, são compatíveis com a tentativa:

- a) crimes unissubsistentes.
- b) crimes preterdolosos.
- c) crimes formais.
- d) crimes omissivos próprios.
- e) crimes unissubjetivos.

38. De acordo com o Código Penal, constitui forma qualificada do crime de induzir, instigar ou prestar auxílio ao suicídio ou à automutilação, exceto:

- a) quando da automutilação resulta lesão corporal de natureza grave.
- b) quando a automutilação resulta em lesão corporal gravíssima.
- c) quando ocorre o suicídio consumado.
- d) quando a automutilação provoca a morte da vítima.
- e) quando a conduta é motivada por razão torpe.

39. A respeito do crime de furto, assinale a alternativa correta:

- a) É admitida a forma culposa do furto em situações excepcionais.
- b) A pena aplicável ao furto será sempre de reclusão, independentemente da conduta anterior do agente ou das circunstâncias do fato.
- c) A pena será aumentada se o furto for cometido com o uso de chave falsa.
- d) O furto será considerado qualificado se ocorrer durante o período de repouso noturno.
- e) Qualifica-se a conduta se o furto mediante fraude é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso para tanto.

40. De acordo com o disposto no artigo 293 do Código Penal, não se configura o crime de falsificação de papéis públicos na seguinte hipótese:

- a) Produção ou alteração de selo destinado à fiscalização tributária.
- b) Falsificação de título de crédito público que não tenha valor de moeda em circulação.
- c) Fabricação de selo oficial utilizado para autenticação de atos da administração federal.
- d) Adulteração de guia, recibo ou formulário relacionados à arrecadação de receitas públicas.
- e) Criação fraudulenta de bilhete ou vale de transporte pertencente a empresa estatal ou concessionária de transporte público.

41. Henrique, funcionário público, mesmo após ter sido oficialmente comunicado de sua exoneração, continuou, de forma dolosa, a desempenhar atividades típicas do cargo que antes ocupava na administração pública, sem a devida autorização. Considerando essa situação, é correto afirmar que Henrique:

- a) Cometeu o crime de desobediência à ordem legal de autoridade pública.
- b) Incorreu no crime de descumprimento de decisão judicial que determina perda ou suspensão de direito.
- c) Praticou o crime de usurpação de função pública.
- d) Não praticou infração penal, apenas conduta sujeita a sanção administrativa.
- e) Cometeu o delito de exercício funcional de forma antecipada ou prolongada sem respaldo legal.

42. Natália, estagiária sem vínculo remunerado de uma autarquia federal, solicita a Bruno uma vantagem indevida para que ele possa realizar um serviço vinculado à referida entidade pública. Bruno recusa o pedido. Considerando essa situação e à luz do Código Penal, é correto afirmar que Natália:

- a) Praticou o crime de corrupção passiva na forma consumada.
 - b) Praticou o crime de corrupção passiva na modalidade tentada.
 - c) Não cometeu crime, pois, por não receber salário, não pode ser considerada funcionária pública.
 - d) Cometeu o crime de concussão tentada.
 - e) Cometeu o crime de concussão consumada.
-

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araujo*

43. Athena foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Billy, no dia 12.05.2024. Athena, porém, somente tomou conhecimento da autoria delitiva dia 19.09.2024. No dia 04.02.2025, Athena ofereceu queixa-crime em desfavor de Billy, indicando o rito sumário como o cabível em razão da pena máxima cominada ao delito.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o Juiz deverá receber a queixa-crime e mandar citar o réu, para apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias.
- b) o Juiz deverá rejeitar a inicial acusatória, pois ultrapassado o prazo decadencial de 03 meses para o ajuizamento da queixa-crime.
- c) o Juiz deverá receber a queixa-crime e mandar citar o réu, para apresentar resposta à acusação, no prazo de 20 dias.
- d) o Juiz deverá rejeitar a inicial acusatória, pois ultrapassado o prazo decadencial de 06 meses para o ajuizamento da queixa-crime.
- e) o Juiz deverá rejeitar a inicial acusatória, pois Athena não tem legitimidade para ajuizar a queixa-crime, cabendo ao Ministério Público oferecer denúncia.

44. Acerca da ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa-crime passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, sem ordem preferencial entre eles.
- b) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- c) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes

especiais, mediante declaração escrita, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial, vedada a representação meramente verbal.

- d) Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo ser cientificado de que o seu silêncio importará recusa.
- e) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 20 dias seguidos.

45. Gregore praticou crime de prevaricação (detenção, de três meses a um ano, e multa). Consta que Gregore, embora primário, já foi beneficiado há 06 anos com a suspensão condicional do processo, em virtude de outra infração penal praticada.

Nesse caso, acerca do acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:

- a) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, por ser cabível a transação penal
- b) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, pois Gregore já foi beneficiado anteriormente com suspensão condicional do processo
- c) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, por se tratar de crime funcional
- d) será possível a celebração de acordo de não persecução penal, cabendo ao Ministério Público a homologação do acordo
- e) será possível a celebração de acordo de não persecução penal, devendo a vítima ser intimada de sua homologação, mas não do eventual descumprimento.

46. A conexão e a continência são hipóteses de modificação da competência, previstas no Código de Processo Penal. Nos termos do art. 76 do CPP e de acordo com a Doutrina processual penal, há a chamada conexão instrumental ou probatória na hipótese em que:

- a) houver mais de uma infração penal praticada por mais de uma pessoa em concurso
- b) ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido umas praticadas para facilitar as outras
- c) a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração
- d) ocorrendo duas ou mais infrações, uma tenha sido praticada para garantir a ocultação da outra
- e) duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

47. No que tange às provas, é correto afirmar que:

- a) Os ascendentes do acusado são dispensados de depor, mas, caso queiram prestar depoimento, serão ouvidos como testemunhas compromissadas
- b) As partes somente poderão produzir prova documental até a designação da audiência de instrução e julgamento
- c) O exame de corpo de delito é indispensável nos crimes que deixam vestígios, não podendo ser suprido pela prova testemunhal, ainda que desapareçam os vestígios
- d) O juiz não poderá ouvir outras testemunhas além das indicadas pelas partes, em respeito ao sistema acusatório.
- e) Em qualquer modalidade de interrogatório, o juiz garantirá ao réu o direito de entrevista prévia e reservada com o seu defensor; se realizado por videoconferência, fica também garantido o acesso a canais telefônicos reservados para comunicação entre o defensor que esteja no presídio e o advogado presente na sala de audiência do Fórum, e entre este e o preso.

48. Acerca das disposições referentes aos sujeitos do processo, assinale a alternativa correta:

- a) O Juiz que for amigo íntimo de uma das partes será considerado impedido, não podendo exercer jurisdição no processo.
- b) O assistente de acusação será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar
- c) Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, até a prolação da sentença, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.
- d) Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.
- e) A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, ainda que o acusado o indique por ocasião do interrogatório.

49. Cláudio, com condenação definitiva anterior pelo crime de roubo (transitada em jugado há 03 anos), está sendo investigado em inquérito policial pela suposta prática do crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que a prisão preventiva:

- a) poderá ser decretada pelo Juiz, de ofício
 - b) não poderá ser decretada, em razão do período depurador
 - c) poderá ser decretada, por representação da autoridade policial ou requerimento do MP, se presentes os demais requisitos e caso o infrator seja reincidente em crime doloso, sendo vedada sua decretação de ofício pelo Juiz
 - d) poderá ser decretada, desde que haja requerimento da vítima
 - e) não poderá ser decretada, por se tratar de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa
-

50. Joyce foi denunciada pela prática do crime de homicídio doloso qualificado pelo emprego de veneno, supostamente praticado contra Ignácio, seu marido. Ao término da instrução preliminar, o Juízo entendeu que, embora devidamente comprovada nos autos a materialidade delitiva, não havia indícios suficientes de autoria delitiva.

Nesse caso, é correto afirmar que o Juiz deverá:

- a) absolver sumariamente a ré e, ainda que preclusa a decisão, será possível, enquanto não extinta a punibilidade, o oferecimento de nova denúncia pelo mesmo fato, desde que baseada em novas provas
- b) absolver sumariamente a ré e, uma vez preclusa a decisão, haverá coisa julgada material
- c) impronunciar a ré e, uma vez preclusa a decisão, haverá coisa julgada material
- d) impronunciar a ré e, ainda que preclusa a decisão, será possível, enquanto não extinta a punibilidade, o oferecimento de nova denúncia pelo mesmo fato, desde que baseada em novas provas
- e) pronunciar a ré, cabendo ao Conselho de Sentença decidir quanto à autoria, em homenagem ao princípio da soberania dos veredictos

51. Acerca dos Juizados especiais criminais, assinale a alternativa correta:

- a) A imposição de pena restritiva de direitos ou multa, decorrente do acordo de transação penal, não gera reincidência e não constará de certidão de antecedentes criminais para quaisquer fins.
- b) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
- c) O acordo de composição dos danos civis, devidamente homologado, acarreta extinção da punibilidade, apenas nos casos de crime de ação penal privada.
- d) Ao autor do crime de furto em sua forma simples (pena: reclusão, de 01 a 04 anos, e multa) não será possível o oferecimento de proposta de transação penal ou suspensão condicional do processo.
- e) No caso de reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, não serão aplicáveis os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

52. Diogo foi denunciado pelo Ministério Público do estado de São Paulo (MPSP) pela suposta prática do crime de omissão de socorro (pena: detenção, de um a seis meses, ou multa). Todavia, o Juízo do competente Juizado Especial Criminal rejeitou a inicial acusatória, por entender que não havia justa causa para a ação penal.

Nessa hipótese, caso não concorde com a decisão, o membro do MP deverá interpor:

- a) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias
- b) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- c) recurso de apelação, no prazo de 20 dias
- d) recurso de apelação, no prazo de 05 dias
- e) recurso de apelação, no prazo de 10 dias

53. Sobre o habeas corpus, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No âmbito de sua competência jurisdicional, qualquer autoridade judicial poderá expedir de ofício ordem de habeas corpus, individual ou coletivo, quando, no curso de qualquer processo judicial, verificar que, por violação ao ordenamento jurídico, alguém sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.
- b) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este não será renovado.
- c) O Ministério Público poderá impetrar habeas corpus.
- d) Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- e) Ordenada a soltura do paciente em virtude de habeas corpus, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação.

54. Fabrício foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa), pois teria, em tese, subtraído sorrateiramente o aparelho celular de sua colega de trabalho, Daniela.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que:

- a) Deverá ser adotado o rito sumário, e a audiência de instrução e julgamento deverá ser realizada no prazo máximo de 60 dias.
- b) Deverá ser adotado o rito sumário, e as alegações finais serão, em regra, orais, havendo previsão legal para que o Juiz conceda prazo às partes para apresentação de alegações finais escritas, em casos excepcionais.
- c) Deverá ser adotado o rito ordinário, e poderão ser arroladas até 08 testemunhas pela acusação e até 08 pela defesa, não se computando nesse número as não compromissadas e as referidas.

- d) Deverá ser adotado o rito sumário, e poderão ser arroladas até 05 testemunhas pela acusação e até 05 pela defesa, computando-se nesse número as não compromissadas e as referidas.
- e) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que, em consequência, não tenha de aplicar pena mais grave.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

55. Tomando como base a previsão contida na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro e as regras que devem ser aplicadas, marque a correta:

- a) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- b) O casamento de estrangeiros não poderá ser celebrado no país, senão depois da obtenção de autorização das autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.
- c) Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.
- d) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do domicílio do cônjuge mais velho.
- e) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei do país dos nubentes quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.

56. Sobre os direitos da personalidade aplicáveis às pessoas naturais, marque a opção correta:

- a) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, desde que haja intenção difamatória.
- b) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com ou sem risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- c) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, sendo admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.
- d) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, sem exceção.
- e) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, mas nunca ao pseudônimo.

57. Sobre as pessoas jurídicas e o tratamento dado pelo Código Civil, marque a correta:

- a) Constituem-se as fundações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.
- b) Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.
- c) A qualidade de associado é transmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.
- d) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados ao patrimônio do Estado.
- e) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, a fundação não será constituída.

58. Quanto aos bens:

- a) São pertenças os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- b) As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias; são voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.
- c) Consideram-se benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem mesmo que sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor, desde que tragam benefícios ao imóvel.
- d) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- e) Singular é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal.

59. A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos:

- a) Não são anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- b) Se ambas as partes procederem com dolo, as duas partes poderão alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- c) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- d) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, somente quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.
- e) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

60. A respeito dos requisitos da desconsideração da personalidade jurídica:

- a) Não está prevista na lei, sendo uma construção jurisprudencial.
- b) Ocorre em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- c) Pode o juiz, de ofício, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderar a personalidade jurídica.
- d) A desconsideração faz com que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos sócios da pessoa jurídica, mas não atinge os administradores.
- e) Acarreta a extinção da pessoa jurídica.

61. Em relação à responsabilidade civil extracontratual, analise os itens e responda abaixo:

I - os empresários individuais e as empresas.

II - os pais.

III - o tutor e o curador.

IV - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

V - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação.

Podem ser objetivamente responsabilizados por atos de terceiros apenas as pessoas dos itens:

- a) I, II, III e V.
- b) III, IV e V.
- c) I, II e IV.
- d) I, II e III.
- e) Nenhum.

62. O Código Civil estabelece sobre os negócios jurídicos que:

- a) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, e aproveita aos co-interessados capazes.
- b) A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, a não ser que a lei expressamente a dispense.
- c) A manifestação de vontade não subsiste quando o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou.
- d) O silêncio não importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- e) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

63. Acerca da competência, assinale a alternativa correta.

- a) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- b) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu domicílio.
- c) É competente o foro de domicílio da capital federal para as causas em que seja autora a União.
- d) Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios em ação fundada em direito pessoal, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.
- e) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.

64. De acordo com o Código de Processo Civil, o litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida,

- a) a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- b) a validade da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- c) o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- d) o juiz puder decidir o mérito de modo diverso para todos os litisconsortes.
- e) a existência da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

65. A respeito do Ministério Público, assinale a alternativa que está de acordo com o Código de Processo Civil.

- a) O membro do Ministério Público será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- b) Litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana justificam a intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.
- c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- d) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais disponíveis.
- e) A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

66. A respeito da tutela provisória, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Código de Processo Civil.

- a) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- b) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, a qualquer juízo.
- c) A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes à ação monitória, no que couber.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.
- e) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

67. No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda

- a) A intimação da Defensoria Pública e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, do Ministério Público.
- b) A intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.
- c) A intimação do Ministério Público e, a critério do juízo, da Defensoria Pública.
- d) A intimação da Defensoria Pública e, a critério do juízo, do Ministério Público.
- e) A intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública.

68. Acerca das ações de família, assinale a alternativa correta.

- a) Nas ações de família, o Ministério Público sempre intervirá.
- b) A citação ocorrerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data designada para a audiência.
- c) Nas ações de guarda, antes de iniciada a audiência de mediação e conciliação, o juiz indagará às partes e ao Ministério Público se há risco de violência doméstica ou familiar, fixando o prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação de prova ou de indícios pertinentes.
- d) Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, poderá estar acompanhado por especialista.
- e) O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar acompanhado de cópia da petição inicial.

69. Assinale a alternativa correta em relação ao regime da teoria geral dos recursos.

- a) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, desde que atue como parte.
- c) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- d) Dos despachos cabe agravo de instrumento.
- e) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

70. Segundo dispõe o Código de Processo Civil, quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, o processo será:

- a) Nulo
- b) Anulável
- c) Inexistente
- d) Ineficaz
- e) Válido, mas ineficaz.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Lilian Novakoski

71. A Lei n.º 13.344/2016, que altera o Código Penal e dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, foi editada com o objetivo de:

- a) Excluir a imposição de pena de multa ao tráfico de pessoas, limitando-o apenas à pena privativa de liberdade.
- b) Ajustar a definição de tráfico de pessoas apenas à exploração de trabalho forçado no Brasil.
- c) Harmonizar o ordenamento nacional criando medidas de prevenção, repressão e atenção às vítimas, e tipificando novas condutas no Código Penal.
- d) Reduzir a pena prevista para o tráfico internacional de pessoas, mantendo a previsão legal de penas alternativas.
- e) Tributar com valores especiais os delitos relacionados ao contrabando internacional de mulheres para fins de exploração econômica.

72. A Lei 13.344/2016 dispõe sobre o tráfico interno e internacional de pessoas e medidas de atenção às vítimas, prevendo como princípios:

- I - não discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, raça, religião, faixa etária, situação migratória ou outro status
- II - atenção integral às vítimas diretas e indiretas, independentemente de nacionalidade e de colaboração em investigações ou processos judiciais
- III - proteção integral da criança e do adolescente.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) Todas estão corretas
- e) Todas estão incorretas

73. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional ou familiar devem observar determinadas obrigações. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta:

- a) As entidades não estão obrigadas a manter registro específico das crianças e adolescentes atendidos, desde que informem periodicamente ao Conselho Tutelar.
- b) O acolhimento institucional é medida de caráter permanente, podendo se prolongar indefinidamente, desde que seja de interesse da criança.
- c) A inclusão da criança ou adolescente em programa de acolhimento familiar depende, obrigatoriamente, de decisão judicial.
- d) Os dirigentes de entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional remeterão à autoridade judiciária, no máximo a cada 6 (seis) meses, relatório circunstanciado

acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e sua família.

- e) O retorno da criança à família natural independe da manifestação do Ministério Público, basta relatório da entidade.

74. Sobre os institutos da família natural, substituta, guarda, tutela e adoção previstos no ECA, assinale a alternativa correta:

- a) A adoção é revogável a qualquer tempo, desde que se comprove alteração no vínculo afetivo.
- b) A colocação em família substituta admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.
- c) A tutela confere à criança ou adolescente a condição de filho por adoção irrevogável.
- d) A guarda confere à criança ou adolescente a inclusão como dependente para fins previdenciários.
- e) A família substituta não abrange os casos de guarda ou tutela, apenas de adoção.

75. Assinale a alternativa correta acerca do procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente e das medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

- a) O adolescente autor de ato infracional será sempre encaminhado diretamente à internação provisória.
- b) A internação do adolescente pode ser determinada por autoridade policial em caso de flagrante.
- c) O Conselho Tutelar pode aplicar medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional.
- d) Os pais ou responsáveis podem ser compelidos judicialmente a matricular e acompanhar a frequência escolar de seus filhos.
- e) As medidas aplicáveis aos pais ou responsável dependem de representação do Ministério Público.

75. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de _____ membros, escolhidos pela população local para mandato de _____ anos, permitida recondução por novos processos de escolha. Conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, preenche corretamente as lacunas a alternativa:

- a) quatro e cinco
- b) cinco e quatro
- c) dois e quatro
- d) cinco e três
- e) quatro e dois

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

Ricardo Torques

77. Para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, os interesses ou direitos transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato são:

- a) difusos
- b) individuais homogêneos
- c) coletivos
- d) sociais
- e) de 1ª geração

78. Acerca do mandado de segurança coletivo, é correto afirmar que:

- a) O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais
- b) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- c) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.
- d) Partidos políticos sempre terão legitimidade para a sua impetração.
- e) Para interposição de mandado de segurança coletivo por associação não se exige pertinência temática.

79. Em determinado mandado de segurança interposto na primeira instância, não houve pedido liminar e a autoridade coatora foi devidamente notificada para prestar informações. Apresentadas as informações, os autos foram ao Ministério Público que terá:

- a) o prazo de 10 dias improrrogável para opinar, sendo imprescindível a sua manifestação antes da prolação da sentença.
- b) o prazo de 15 dias improrrogável para opinar, sendo imprescindível a sua manifestação antes da prolação da sentença.
- c) o prazo de 10 dias improrrogável para opinar, sendo prescindível a sua manifestação antes da prolação da sentença.
- d) o prazo de 15 dias improrrogável para opinar, sendo prescindível a sua manifestação antes da prolação da sentença.
- e) o prazo de 15 dias prorrogável pelo mesmo prazo para opinar, sendo prescindível a sua manifestação antes da prolação da sentença.

80. Considerando o entendimento dos tribunais superiores, é correto afirmar que o Ministério Público não tem legitimidade para:

- a) propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.
- b) promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
- c) atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público.
- d) Uma vez cumprida a obrigação de fazer pelo Ente Estadual, concorrentemente ao Estado, promover a execução de obrigação de pagar relativa à tutela de direitos difusos.
- e) Para promover Ação Civil Pública pedindo que os proprietários de imóveis sejam desobrigados a pagar taxa em favor de associação de moradores.

81. Considerando o disposto na Lei 4.717/1964, que regula a ação popular e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação não está sujeita à remessa necessária.
- b) Das decisões interlocutórias não cabe agravo de instrumento.
- c) É cabível em face de declarações públicas ou opiniões de agentes políticos, desprovidas de efeitos jurídicos vinculativos.
- d) O prazo de contestação é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados.
- e) A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do dobro das custas.

82. Acerca da atuação do Ministério Público na ação civil pública (Lei 7.347/1985) é incorreto afirmar que:

- a) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- b) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, deve solicitar o arquivamento judicialmente.
- c) Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida a lei de ação civil pública.
- d) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- e) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

83. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, é vedada a

- a) decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, ainda se comprovado que o imóvel é fruto de vantagem patrimonial indevida.
- b) decretação de indisponibilidade da quantia de até 60 (sessenta) salários-mínimos depositados em conta corrente.
- c) decretação de indisponibilidade da quantia de até 60 (sessenta) salários-mínimos depositados em caderneta de poupança.
- d) decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários-mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.
- e) a decretação de indisponibilidade de bens após a reforma de 2021.

84. Jaime, pessoa idosa de 90 anos e residente em Jaguariuna-SP, está tendo o seu direito à saúde violado em virtude da falta de acesso no hospital privado de Itapira-SP, após ter passado mal em uma festa de família na cidade. Diante da negativa, viajou para Campinas-SP, onde também recebeu a mesma negativa. O Ministério Público do Estado de São Paulo, com base no art. 79, I, do Estatuto da pessoa idosa, pretende ajuizar ação em favor de Jaime. De acordo com o referido estatuto, será competente o juízo:

- a) de Jaguariúna-SP.
- b) de Campinas-SP.
- c) de Itapira-SP.
- d) da capital do Estado.
- e) em Jaguariúna-SP, Campinas-SP ou Itapira-SP, a critério do *parquet*.

85. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003), é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade

- a) superior a 60 anos, exclusivamente.
- b) superior a 65 anos, exclusivamente.
- c) igual ou superior a 65 anos, exclusivamente.
- d) igual ou superior a 60 anos, exclusivamente.
- e) igual ou superior a 70 anos, exclusivamente.

86. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização é:

- a) de caráter fragmentado e subsidiário.
- b) de caráter solidário, mas de execução subsidiária.
- c) de caráter solidário, e de execução imediata.
- d) de caráter subjetivo e divisível.
- e) de caráter subjetivo, e de execução imediata.

87. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), em seu artigo 3º, traz diversas definições. A concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva é definida como:

- a) Desenho universal.
- b) Barreira arquitetônica.
- c) Adaptações razoáveis.
- d) Residências inclusivas.
- e) Ajuda técnica.

88. Acerca do acesso à justiça no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), assinale a alternativa correta:

- a) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal relativa, garantida a acessibilidade.
- b) A pessoa com deficiência tem garantido o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais de seu interesse, salvo no exercício da advocacia.
- c) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza pessoal e negocial.
- d) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.
- e) Devem ser assegurados à pessoa com deficiência submetida a medida restritiva de liberdade todos os direitos e garantias a que fazem jus os apenados sem deficiência, garantida a acessibilidade.

DIREITO COMERCIAL E EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

89. A teoria da empresa propõe a definição de empresário e sua caracterização. A partir desse conceito, marque a opção correta:

- a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, mesmo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- c) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, em até trinta dias do início de sua atividade.
- d) A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural, à associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.
- e) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.

90. Sobre o instituto complementar conhecido como estabelecimento:

- a) configura-se como patrimônio da sociedade.
- b) é todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- c) pode ser confundido com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
- d) Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual, mas não o dos sócios da sociedade empresária.
- e) Em função da modernidade, é considerado um instituto obsoleto sem respaldo legal, já que se adota a teoria da empresa como fundamento das atividades econômicas.

91. O ato que independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se e que depende do consentimento de todos os sócios, salvo se prevista no ato constitutivo, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade, aplicando-se, no silêncio do estatuto ou do contrato social. Esse ato não modifica e nem prejudica, em qualquer caso, os direitos dos credores.

A descrição acima refere-se a:

- a) cisão.
- b) liquidação.
- c) transformação.
- d) incorporação.
- e) fusão.

92. Sobre os requisitos para requerer a recuperação judicial, leia a lista abaixo:

- I - devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de dois anos.
- II – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.
- III – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial.
- IV – não ter, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial especial aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte.

Poderá requerer recuperação judicial o devedor que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) Nenhum.
- e) Apenas I.

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

93. Desde a Emenda Constitucional 45/2004, tratados internacionais de Direitos Humanos poderão ser incorporados ao ordenamento pátrio com o *status* de emenda constitucional, na forma do art. 5º, §3º, da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, atualmente, tem natureza de Emenda Constitucional a

- a) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.
- b) Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, o Pacto de São José da Costa Rica e a Declaração Universal de Direitos Humanos.
- c) Declaração Universal de Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- d) Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.
- e) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas com Deficiência Visual e a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

94. Sobre os direitos da pessoa com deficiência, a partir do que dispõe a Lei n. 13.146/2015 e a atual jurisprudência, julgue os itens a seguir.

- I. O Estatuto da pessoa com deficiência assegura a atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário. A partir de tal máxima, a jurisprudência definiu que o Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação civil pública para garantir o fornecimento de órteses e próteses às pessoas com deficiência.
- II. A Súmula n. 552 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que estabelecia que a surdez unilateral não qualificava o portador como pessoa com deficiência para fins de concursos públicos, foi superada.
- III. Determinado estabelecimento comercial cujo proprietário alegue não ser o fornecedor que distribui os produtos, não é obrigado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) ou pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência a promover reforços em sua sede, como uma rampa junto à entrada, por exemplo.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

95. Determinado servidor público, pertencente ao quadro de efetivos do Ministério Público de São Paulo, está sendo investigado por utilizar de suas redes sociais para disseminar discursos de ódio pessoas da comunidade LGBTQIA+. Nesse sentido, acerca da homofobia e da transfobia, julgue os itens abaixo.

- I. Até que o Congresso Nacional produza norma específica destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do

art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei n. 7.716/89.

- II. A jurisprudência atual tipifica a homofobia e a transfobia quando do enquadramento junto à outras práticas racistas, como na ocorrência de racismo institucional, religioso ou recreativo.
- III. Ainda que sejam inúmeros os movimentos que pretendem criminalizar a homofobia e a transfobia, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que tal previsão contraria nosso Ordenamento Jurídico, sobretudo os postulados da liberdade religiosa.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Lígia Carvalheiro

96. Um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, se refere ao conceito de:

- a) Vigilância Epidemiológica
- b) Vigilância Sanitária
- c) Saúde do Trabalhador
- d) Assistência Bucal
- e) Assistência Toxicológica.

DIREITO ELEITORAL*Fabiano Pereira*

97. Sobre a organização da Justiça Eleitoral, conforme a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) o Tribunal Superior Eleitoral será presidido por um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, eleito dentre seus pares.
- b) os juízes dos Tribunais Eleitorais podem ser reconduzidos indefinidamente aos cargos, desde que haja justificativa do Tribunal ao qual estão vinculados.
- c) os membros dos Tribunais Eleitorais, no exercício de suas funções, não gozam das garantias da magistratura, mas possuem estabilidade durante o mandato.
- d) os Tribunais Regionais Eleitorais elegerão seu Presidente e Vice-Presidente dentre os desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça.
- e) os juízes federais que compõem os Tribunais Regionais Eleitorais são indicados diretamente pelo Presidente da República, sem necessidade de lista tríplice.

98. A respeito dos direitos políticos de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) É vedado o alistamento eleitoral apenas aos analfabetos e aos estrangeiros, sendo facultado aos conscritos durante o serviço militar obrigatório.
- b) A idade mínima exigida para concorrer ao cargo de Deputado Estadual é de dezoito anos, assim como para o cargo de Vereador.
- c) Os militares com mais de dez anos de serviço, ao se candidatarem, devem se afastar definitivamente das atividades, ainda que não eleitos.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos três meses anteriores ao pleito.

e) Os analfabetos não são obrigados a votar, tampouco podem se candidatar a cargos eletivos.

99. Com base na Lei das Eleições nº 9.504/97, assinale a alternativa correta quanto às convenções partidárias e à escolha de candidatos:

- a) A escolha dos candidatos pelos partidos deve ocorrer entre 20 de junho e 5 de julho do ano eleitoral, com ata lavrada em cartório e publicada em meio oficial no prazo de 48 horas.
- b) Os partidos políticos estão proibidos de utilizar prédios públicos para a realização das convenções, salvo mediante autorização judicial expressa.
- c) A filiação partidária exigida para concorrer às eleições deve estar deferida pelo partido político até três meses antes do pleito.
- d) Caso haja fusão ou incorporação de partidos após o prazo legal, considera-se para fins de filiação a data da nova filiação ao partido resultante.
- e) Aos detentores de mandato de deputado federal, estadual, distrital ou vereador é assegurada reeleição para um número ilimitado de mandatos.

100. De acordo com a Lei dos Partidos Políticos nº 9.096/95, assinale a alternativa correta:

- a) O vínculo partidário se extingue automaticamente no momento em que o filiado comunica por escrito sua desfiliação ao juiz eleitoral.
- b) A Justiça Eleitoral é responsável por inserir os dados dos novos filiados no sistema eletrônico, após o deferimento interno do pedido pelo partido político.
- c) Os prazos de filiação partidária previstos no estatuto do partido podem ser alterados a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo mínimo da legislação eleitoral.
- d) Apenas os órgãos municipais e regionais dos partidos políticos têm acesso às informações dos filiados constantes do cadastro eleitoral.
- e) O eleitor somente pode se filiar a partido político se estiver no pleno gozo de seus direitos políticos.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
